

INTERVENÇÃO PROFERIDA NO PLENÁRIO

Debate do Plano Anual e Orçamento para 2010

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

“O mínimo que é cientificamente necessário excede em muito o máximo que é politicamente viável”, afirmou-o Al Gore, há uns anos, aludindo ao combate às alterações climáticas.

Mas esta frase ganha hoje especial relevância, quando, há três semanas, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, veio dizer que *“não há condições para aprovar na Cimeira de Copenhaga um novo tratado climático do tipo Protocolo de Quioto”*.

Se, depois da ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia e, sobretudo, com a entrada em funções da nova administração dos Estados Unidos da América, se gerou uma expectativa

optimista relativamente ao combate às alterações climáticas no pós-2012, a actual crise global colocou-nos perante a indefinição que hoje se constata, a pouco mais de uma semana do começo da Cimeira de Copenhaga.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados e Membros do Governo,

É, pois, sob o fantasma dos efeitos da crise que os líderes mundiais se sentarão à mesa das negociações na capital dinamarquesa, nos próximos dias 7 a 18 de Dezembro.

Mas depois do insucesso anunciado, a reunião do Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia da passada segunda-feira fez renascer a esperança num acordo político que sirva de base a um novo tratado climático.

Andreas Carlgren, ministro sueco do Ambiente, que liderará as negociações de Copenhaga em nome da União, fez saber que a Europa está disposta a assumir objectivos mais ambiciosos (eventualmente reduções até 30%) e a aceitar metas menores por

parte dos Estados Unidos para a redução de emissões de gases com efeito de estufa até 2020, desde que este país assuma compromissos mais significativos para os anos seguintes (2025 ou 2030) e invista no combate à desflorestação nos países em desenvolvimento e em projectos de compensação de carbono, independentes dos esforços para conter as emissões internas.

Este é um dado significativo, pois Barack Obama dificilmente levará a Copenhaga metas além das que foram aprovadas, em Junho, na Câmara dos Representantes e que estão a ser discutidas no Senado norte-americano, visando reduzir as emissões em 17% até 2020, relativamente a 2005.

Mesmo assim, subsistem as questões relativas à China, que se tem recusado a assumir objectivos vinculativos, e quanto às justas exigências dos países não desenvolvidos de adopção de mecanismos de compensação pelos danos causados nas suas perspectivas de crescimento.

Contudo, como muito bem afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a incapacidade de se chegar a um

acordo global sobre o controlo das emissões seria “*moralmente indesculpável, de vistas-curtas em termos económicos e politicamente mal-avisado*”, pelo que ficamos a aguardar algo de novo do reino da Dinamarca.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Todos os dados disponíveis indicam que os consumos mundiais de petróleo, gás e electricidade vão regredir em 2009.

De acordo com a informação da Agência Internacional de Energia, publicada no *Oil Market Report* de Outubro, a procura mundial de petróleo cairá 1,9% este ano, depois da descida de 0,2% ocorrida em 2008.

Segundo um estudo disponibilizado na passada semana pela consultora CapGemini, o ano de 2009 fica marcado pela queda da procura mundial de electricidade (3,5%) e de gás (3%), o que acontece pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial.

Se, do ponto de vista ambiental e encaradas só por si, estas quebras nos consumos de combustíveis e electricidade são positivas, por aquilo que significam em termos de redução das emissões dos gases com efeito de estufa, evidenciam, no contexto, uma face preocupante.

Desde logo, essas reduções nos consumos não resultam de uma alteração significativa dos paradigmas civilizacional e energético, à escala global, sendo, sobretudo, consequência da crise económica e do recuo da actividade industrial.

Por outro lado, tais tendências de consumo afectam directamente os investimentos nas energias renováveis.

Os investimentos nas energias verdes, de acordo com o referido estudo da CapGemini, recuaram 14% na Europa no segundo semestre de 2008 – em clara ruptura com a taxa de crescimento anual média de 56% verificada nos cinco anos anteriores – e a Agência Internacional da Energia prevê uma baixa mundial de 38% desses investimentos em 2009.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados e Membros do Governo,

Estes são sinais preocupantes, à escala global, mas que, felizmente, não encontram paralelo nos Açores.

A nossa Região prossegue a sua caminhada. Uma caminhada segura, assente em profundas alterações na matriz energética, incorporando, em boa escala, fontes renováveis, designadamente as energias geotérmica, eólica e hídrica, cuja produção representou cerca de 29% do global da electricidade comercializada no período de Janeiro a Outubro de 2009.

O consumo de energias verdes entre os açorianos é substancialmente superior à média apurada na União Europeia a 27, que se situa nos 15,6%, de acordo com um relatório do Instituto Nacional de Estatística espanhol, divulgado no passado mês de Setembro.

Já atingimos quase o dobro da média da União Europeia, mas não nos damos por satisfeitos... Pois, queremos mais!

É essa aliás a orientação plasmada no Programa do X Governo dos Açores, que se propõe atingir o objectivo de 50% de produção de energia eléctrica de fontes renováveis, até 2014, essencialmente por via do desenvolvimento de novos projectos geotérmicos, hídricos e eólicos.

Em idêntico sentido, o Plano Estratégico Plurianual da EDA, para o período de 2009/2013, assume um conjunto de investimentos que visam incrementar, significativamente, a penetração das energias renováveis, elevando-a para a já aludida quota de 50%, até 2013/2014, e perspectivando-se que, em 2018, possa atingir cerca de $\frac{3}{4}$ do total da energia eléctrica produzida no conjunto do arquipélago.

Os investimentos da EDA em energias verdes, previstos entrarem ao serviço até 2013/2014, traduzir-se-ão numa redução significativa do consumo de combustíveis fósseis (diesel e fuel), evitando a emissão de mais de 157.000 toneladas de CO₂.

Em simultâneo, o Governo prossegue com as políticas e medidas de promoção da eficiência energética, designadamente

a implementação da certificação energética dos edifícios, a introdução da produção distribuída (microgeração) e a revisão do programa de incentivos ProEnergia.

É caso para afirmar, à laia de conclusão, que nem a crise global nem as tendências internacionais desviam o Governo e o Partido Socialista do arrojado propósito de fazer dos Açores uma região de referência no domínio da utilização de energias renováveis.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 2009

O Deputado Regional,

Hernâni Jorge